**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE VEDAÇÕES**

**(ART. 39, DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 2014)**

Chamamento Público Nº 01/2023 SAS

A organização da sociedade civil , inscrita no CNPJ nº\_\_\_ , por intermédio de seu representante legal o (a)Sr.(a)\_\_\_\_\_ , (qualificação) DECLARA, sob as penas da lei, que a OSC e seus dirigentes não se submetem às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, a saber:

1. não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
2. esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
3. tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo, estendendo- se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
4. tenha tido as contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos, exceto se:for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
5. for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
6. a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;
7. **tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:**

suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
2. a prevista no inciso II do art. 73 da Lei Federal nº 13.019, de2014;
3. a prevista no inciso III do art. 73 da Lei Federal nº 13.019, de2014;
4. **tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;**
5. **tenha entre seus dirigentes pessoa:**
6. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
7. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
8. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

(data)

(representante legal).

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA**

(art. 34 da Lei Federal nº 13.019, de 2014)

Chamamento Público N° 001/2023 SAS

 A organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a), (qualificação), DECLARA, sob as penas da lei, que desde a celebração e durante o período de vigência da parceria em referência cumpre as exigências contidas nos incisos II, III, VI e VII do art. 34 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, com alterações posteriores, bem como que a documentação pertinente se encontra à disposição deste Município e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para verificação, como forma de manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação, além da sua idoneidade perante os órgãos das Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal.

(data)

(representante legal)

**ANEXO VIII**

**CERTIDÃO CONTENDO O NOME DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE**

(Artigo 178, Inciso XVIII, da Instrução Normativa nº 01/2020 - TCE-SP)

**C E R T I D Ã O**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, brasileiro (a), portador (a) do RG Nº \_\_\_\_\_, e CPF Nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , residente e domiciliado à Rua/Av. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representante legal da Organização da Sociedade Civil, certifico que os dirigentes e da referida entidade são:

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | N° CPF |
| N° RG | Órgão Expedidor | Cargo | Função |
| Logradouro (Avenida, Rua, Rod, Etc.) |
| Bairro | Cidade | CEP |
| Telefone 1 | Telefone 2 | Telefone 3 |

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | N° CPF |
| N° RG | Órgão Expedidor | Cargo | Função |
| Logradouro (Avenida, Rua, Rod, Etc.) |
| Bairro | Cidade | CEP |
| Telefone 1 | Telefone 2 | Telefone 3 |

Local, de de 2023

Assinatura do Representante Legal da OSC

**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO QUANTO À COMPOSIÇÃO DO QUADRO DIRETIVO**

Processo Chamamento Público N° 001/2023 SAS

A organização da sociedade civil , inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a), (qualificação) DECLARA, sob as penas da lei, que não há em seu quadro diretivo membro de Poder ou do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, o que será mantido durante o período de vigência da parceria em referência, sob pena de responsabilização.

(data)

(representante legal)

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAR SERVIDOR OU EMPREGADO PÚBLICO**

Chamamento Público N° 001/2023 SAS

A organização da sociedade civil , inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a), (qualificação) DECLARA, sob as penas da lei, que durante o período de vigência da parceria não haverá contratação ou remuneração, a qualquer título e com os recursos repassados por força do Instrumento em referência, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante,ainda que previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias..

(data) (representante legal)

**ANEXO XI**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO TCESP**

Chamamento Público N° 001/2023 SAS

A organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a), (qualificação) DECLARA, sob as penas da lei, que está ciente quanto à obrigatoriedade de assinar, juntamente com a parceria, o “Termo de Ciência e Notificação” para o TCESP, e que o desatendimento poderá gerar penalização.

(data) (representante legal)